

HISTÓRIA: CONSELHEIRA PRÁTICA DA EXISTÊNCIA

Marcos Antônio Lopes¹

Resumo: análise das bases da *Historia magistra vitae*, salientes em autores antigos da Grécia e de Roma, e que teve vida longa na cultura ocidental. Um dos propósitos do artigo é redimensionar a história exemplar como gênero narrativo voltado ao ensino moral. A análise pretende também sugerir os pontos fortes e as limitações da história ciceroniana ao longo da Época Moderna. Por fim, o texto passa em revista alguns fatores responsáveis pelo declínio de um gênero de escrita da história que conheceu uma longevidade milenar.

Palavras-chave: história do pensamento histórico; história como escola de moral e virtude; história e sabedoria política.

Abstract: an analysis of the *Historia Magistra Vitae* bases, visible in ancient authors of Greece and Rome, and had a long life in Western culture. One purpose of this paper is to conceptualize history as narrative genre aimed at teaching morals. The analysis also aims to suggest the strengths and limitations of ciceronian history over the Modern Times. Finally, the text looks at some factors responsible for the decline of a genre of writing history which experienced a millennial longevity.

Keywords: History of historical thought; history as school of moral and virtue; history and political education.

“Mudam-se os tempos e as pessoas, os vícios são os mesmos, e sempre serão; vê como os rouxinóis cantaram há tempos, galos cacarejaram, vacas mugiram, carneiros baliram, pardais chilream, cães ladraram, e ainda continuam; [...] temos os mesmos humores e inclinações que os nossos predecessores; vós deveis nos julgar muito semelhantes, muito de acordo, nós e nossos filhos. E assim continuará a nossa posteridade até o fim.”

(Robert Burton, *Anatomia da melancolia*)

Desde a Antiguidade a história advertiria os príncipes dos erros perigosos, constituindo-se em fonte de instrução dos grandes homens (*viris illustribus*). Aos mais eminentes e bem situados nos degraus do prestígio, a história ensinaria como agir nas ocasiões em que se aguardava a urgência de intervenções valorosas. Agudo instrumento de avaliação de vícios e de virtudes², a história apresentaria os

¹ Professor na Universidade Estadual de Londrina. Doutor em História pela Universidade de São Paulo. Pesquisador do Centro Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/CNPq (Bolsista Produtividade em Pesquisa). E-mail: malopes@uel.br

² Definições de tais conceitos são escassas na literatura de época, certamente por presumir-se que os seus sentidos predominantes eram bem conhecidos por todos. Mas não custa recordar as palavras de um tratadista do Renascimento: “... vícios são coisas vergonhosas e inconvenientes a tal ponto que as almas temperadas e compostas sentem desprazer e aborrecimento pela sua inconveniência”. (DELLA CASA, 1999, p. 82). Já as virtudes, infere-se, seriam todas as coisas dotadas de sinais

exemplos adequados às lições necessárias. Em antigas narrativas históricas, que alcançaram de modo proeminente ao menos o século XVIII, os autores procuravam acomodar em seus enredos um tanto de pertinência e de deleite, tornando o esforço de persuasão do historiador numa agradável tarefa para seus leitores. Exemplos instrutivos de variada espécie injetavam a virtude necessária, uma vez que não deixavam ninguém indiferente diante de modelos a seguir; e isso tanto para o próprio bem como para o do local a que se pertencesse, escrevera Tito Lívio. Ações vergonhosas deveriam ser encontradas e expostas, para que se soubesse evitar suas causas e, assim, fugir de seus efeitos danosos. “O lustre da virtude não se apaga”, replicou um atento leitor seiscentista de Tito Lívio, e “está sempre jovem e vigoroso [...] para todas as eras vindouras, feito uma atrativíssima magnetita que atrai e combina tudo que está presente”. (BURTON, 2013, p. 44, v. IV)

Bússola de moralidades

Essa consagrada escola de virtudes na qual a exemplaridade do passado era o eixo moral foi revigorada pela tradição humanista moderna dos séculos XV e XVI, e aparece de modo evidente na desesperada promessa feita por Maquiavel na célebre carta a Lorenzo de Medici, texto no qual o autor admitiu encontrar entre suas posses o valiosíssimo bem representado pelo conhecimento das ações passadas dos grandes homens, que ele aprendera por meio de um contínuo estudo das coisas antigas. Oferecendo ao governante um livro pleno de sabedoria política, apresentou-se ao duque de Urbino como alguém que, por conhecer a história, havia vivido o suficiente para dominar os séculos e todos os segredos, credenciando-se como douto e conveniente conselheiro. Assim, ele reproduzia o antigo preceito de que a história era a narrativa de eventos decisivos por parte de um homem de saber, cuja missão era a de ensinar a extrair proveito das lições encontradas na corrente dos tempos, para instruir acerca da melhor forma de viver. De maneira similar, utiliza-se dessa estratégia na carta dedicatória ao papa Clemente VII (anteriormente cardeal Giulio de Medici), na abertura de sua *História de Florença*.

contrários. Mas o contraponto relativizador de Hobbes frente às concepções cristalizadas me parece digno de menção. Segundo ele, “A coragem, quando a ousadia é extrema, sendo boa a causa, pode ser uma virtude; e o medo, quando o perigo é extremo, não é um vício”. (HOBBS, 2010, p. 90)

Tais considerações preliminares sobre o emblemático historiador florentino servem para pontuar que o traço de exemplaridade da história encontra uma essência na seguinte fórmula: “Queria se obter algum ganho com ela, e imaginava-se encontrá-lo no fato de que ela ensinaria e tornaria aplicáveis as experiências dos outros”. (GÜNTHER, 2013, p. 110) Mas, em determinado ponto de amadurecimento da cultura histórica ocidental, essa tradição foi rompida, superada e abandonada. Analisando o manual das civilidades fidalgas publicado por Baldassare Castiglione em 1528, Carlo Cordié situou um desses momentos de ruptura nos pontos de emergência das grandes monarquias modernas, quando o indivíduo ainda tinha campo livre para realizar façanhas, como aquelas dos heróis antigos. Mas mesmo os efeitos mais visíveis das ações dos grandes homens passaram a contar bem pouco diante da nova complexidade da política internacional. No contexto do advento dos Estados nacionais, o garbo aristocrático nos campos de batalha fora rapidamente suplantado pela eficácia destruidora da nova artilharia. “Toda nostalgia dos bons tempos antigos corria o risco de ser inútil”, escreve Cordié. (CORDIÉ, 1997, p. xxvi) Contrariamente às concepções dos historiadores do passado, como as de Lívio e de Maquiavel, as modernas formas de pensamento histórico deixaram de admitir uma natureza humana insensível a mudanças, cuja notável estabilidade faria dela algo semelhante a si mesma em todos os tempos. O advento das sociedades de massas ocorrido entre os séculos xix e xx desestabilizou a crença na possibilidade de reuso das atitudes magistras dos varões de Plutarco, conforme percebido e assinalado pelo filósofo teutoamericano Leo Strauss, o que resultou no agravamento da crise do herói à *l’Ancien Régime*. (STRAUSS, 1968) Em nosso mundo, o papel central de individualidades fora de série em valor moral e grandeza política não passa de uma imagem embaçada nos retrovisores da história. Na Inglaterra elisabetana, Shakespeare podia expressar a dicção natural da nobreza, ao observar que por ocasião da morte de mendigos nenhum cometa é avistado. Mas os céus cospem fogo quando morrem os príncipes. (SHAKESPEARE, 2009) Essa passagem de tão ilustre extração expressa a força do culto reverencial de amplitude universal ao grande homem, uma maneira de representar as individualidades bem ao gosto das tradições aristocráticas. Ao longo do século xviii, houve uma crescente perda de adequação do modelo heroico e o conseqüente esvaziamento de sua preeminência

cósmica, fenômeno que tende a alargar-se progressivamente para consolidar como “sucata da história” a tradicional figura do herói.

Em nossa época, vemos tudo se transformar em alta velocidade. O mundo segue apressado e o que se vive numa década, em termos de acumulação de eventos comprimidos em pequenas cápsulas de tempo, não se viveria em um século tradicional do passado. Metaforizando o fenômeno da história a jato instauradas desde as últimas décadas, a passagem do tempo parece possuída pela fúria de cupins. Com efeito, mal nossos conhecimentos são adquiridos e logo se encontram carunchados por incontrolável ação corrosiva. Tudo se transforma a tal ritmo, e em tantas direções, que fica difícil justificar qualquer possibilidade de emprego dos exemplos passados para a vida no presente. Ficou praticamente impossível reivindicar uma dinâmica sempre positiva das ondas de progresso, na perspectiva de uma confortável e sempre elástica linearidade da história; e torna-se ainda mais inviável quando a Agência Espacial Americana, bem como outras instituições assemelhadas, de tempos em tempos lançam prognósticos de colapso iminente da humanidade. A representação tradicional de uma linha reta transportando a energia do progresso das sociedades humanas no tempo, cada vez mais vai sendo substituída por um emaranhado de feixes dispersivos e imprevisíveis. Aliás, como já aludira Voltaire, encarapitado nos degraus mais elevados de sua condição de historiador da humanidade, na história não é possível discernir qualquer direção.

Segundo a alusão feita por Reinhart Koselleck, algo se alterou a ponto de o tempo histórico ter adquirido uma “nova qualidade”, mudança por ele pressentida desde os Tempos Modernos. (KOSELLECK, 2006, p. 23) Sem dúvida, o senso de velocidade que adquirimos — em termos de uma nova percepção da passagem do tempo histórico — provoca nos observadores mais atentos reações de estranheza, mormente quando buscam situar-se em face de estilos antigos de escrita da história. Sob o impacto de nossas novidades múltiplas, imprevisíveis e até mesmo avassaladoras, algumas antigas formas de conceber o passado despertam a curiosidade para o tema da história como fonte contínua de reutilização dos ensinamentos de autoridade moral. Nossa sensibilidade demonstra que as experiências do passado deixaram de ser matéria de assimilação para o uso prático. Hoje em dia, tais experiências — tão cruciais às sociedades do passado — prestam-se apenas como um conjunto de informações, no que se mostram úteis aos

historiadores para estabelecer os contrastes demarcadores das diferenças entre o passado e o presente da escrita da história. (TOSH, 2011)

Tradições cristalizadas, inovações bloqueadas

Historia magistra vitae foi uma expressão notabilizada por Cícero, embora o gênero de escrita que lhe deu forma tenha sido uma elaboração bem anterior ao orador romano, remontando aos gregos, sobretudo a Tucídides. (TUCÍDIDES, 2003) Como observara Cícero em um de seus tratados retóricos:

Desconhecer o que aconteceu antes de nosso nascimento é ser sempre uma criança. Com efeito, o que é a vida de um homem se ela não se une à vida de seus antepassados por meio da lembrança dos fatos antigos? A memória do passado e o recurso aos exemplos históricos proporcionam, com grande prazer, autoridade e crédito a um discurso. (CÍCERO, 2010, p. 80)

Nos empregos que Cícero fez de sua fórmula, o domínio explícito era o da arte oratória. A reflexão e a linguagem deveriam polir e lustrar os acontecimentos, dar à história uma “sonoridade mais forte” constituindo-se o historiador num “embelezador de fatos”. (CÍCERO, 1999, p. 145ss) História de feitos e palavras no esquema clássico seguido por um exército de escritores, o dos heróis loquazes e suas altaneiras performances discursivas. Ainda assim, a retórica ciceroniana emprestava sentidos de imortalidade à história de Roma, tornando-a fonte de ensinamento das experiências vividas porque também fundadas em princípios de verdade: “Com efeito”, afirma, “quem desconhece que a primeira lei da história é não ousar dizer algo falso? Em seguida, não ousar dizer algo que não seja verdadeiro? Que não haja, ao escrever, qualquer suspeita de complacência? Nem o menor rancor?”. (CÍCERO, 1999, p. 151)

É certo que as lições dos antigos fizeram muita autoridade nos Tempos Modernos, mesmo que abrindo margens para divergências entre autores. Em seu *Methodus ad facilem historiarum cognitionem* Jean Bodin oscilou visivelmente entre a história concebida como colheita de atitudes no passado e como fluxo planejável para além do presente vivido. A seu modo, Maquiavel flutuou entre uma noção cosmológica do tempo histórico e o realismo antropológico. Em sua concepção, o

tempo das sociedades humanas possuiria a sua alçada muito particular, e não pode haver dúvida quanto à correção desta perspectiva maquiaveliana. Mas trata-se de um fluxo que se encadeia a um plano alargado do tempo da natureza, noção que permitiu ao historiador de Florença promover certas comparações dos movimentos do próprio mundo com a dinâmica das ações humanas. Disso deriva a ideia da similaridade dos ciclos naturais com os movimentos da história dos homens. (MAQUIAVEL, 2008) A natureza se repete porque nunca difere de si mesma. Mas o homem também possui algo de permanente, o que para as concepções históricas renascentistas era um pressuposto elementar. Então, em alguma medida, ele pode se repetir no tempo, na forma de atitudes semelhantes e comportamentos previsíveis.³ À maneira do historiador de Florença, o homem pode e deve espelhar-se em exemplos pretéritos, para orientar-se em meio às suas experiências de vida. Vejamos quanto a isso as declarações do próprio Maquiavel, sempre às voltas com homens que ele julgava displicentes e imprevidentes na organização da vida, a partir de seu ponto de vista pragmático das realidades políticas. “O resultado é que os que se dedicam a ler a história”, considerou o diplomata florentino, “ficam limitados à satisfação de ver desfilar os acontecimentos sob os olhos sem procurar imitá-los, julgando tal imitação mais do que difícil, impossível. Como se o sol, o céu, os homens e os elementos não fossem os mesmos de outrora; como se a sua ordem, seu rumo e seu poder tivessem sido alterados”. (MAQUIAVEL, 1979, p. 16) Em seus *Ensaio*, Montaigne também não deixou margem para dúvidas quanto a isso, ao observar que “Idêntica é a natureza e inalterável o seu curso; e quem haja penetrado suficientemente o presente poderá com segurança conhecer as leis do passado e do futuro”. (MONTAIGNE, 1972, p. 221)

Já Voltaire, certamente melhor aparelhado do que os autores quinhentistas para a reflexão teórica sobre a história, dado que encarapitado em andaimos mais elevados da tradição, de fato contribuiu decisivamente para a sua renovação. Mas o inovador Voltaire deixara mesmo de conceber a história como fonte privilegiada de ensino? As provas negativas quanto a isso são abundantes, inequívocas, e se acumulam por sua extensa produção de textos históricos, não se constituindo em uma ou outra assunção isolada. Mas o que levou o autor do ambicioso *Essai sur les*

³ “É exatamente o contrário do que hoje geralmente denominamos consciência histórica. Para a consciência histórica, nada na história se repete”. (JAEGER, 2003, p. 447)

moeurs a não se afastar dos exemplos das coisas passadas como orientação dominante de sua narrativa histórica? Simplesmente, a sua concepção de que o passado permite uma espécie útil de aprendizado.⁴ Segundo Voltaire, o conhecimento do passado permite, sobretudo, evitar algumas repetições que embarçam o aprimoramento do gênero humano. É por isso que a história deveria desvencilhar-se do anedótico como o seu fundamento lúdico, sempre solícita em agradar à futilidade das damas. Pelo contrário, a história deveria investir no que é útil para a reflexão e a organização da vida em comum, vida essa projetada por um novo modelo de príncipe, administrador eficaz dos negócios de sua nação. Com o Voltaire historiador a narrativa histórica encontrava-se no plano de uma forma de escrita modernizante, já que o autor propunha superações em alto nível, e mais ainda quando situadas as limitações de seus predecessores na seara de Clío. Mas mesmo a narrativa histórica voltairiana ainda se erguia sobre os fundamentos de antigas moralidades, dominada de ponta a ponta pelos vícios e virtudes de personagens ilustres. E então há de se indagar acerca dos fatores que guiam um autor de alta criatividade a passar ao largo daquilo que fora essencial em seu próprio questionário para uma nova escrita da história. O problema que se formula é da seguinte ordem: por que um resultado tão discrepante frente às intenções tão audaciosas do Príncipe das Luzes? A resposta de que a tarefa era ampla demais para ser executada por uma individualidade solitária é a que se mostra mais à mão, principalmente quando se avalia a vastidão das fontes históricas, e sua dispersão por vasto espaço territorial. Mas há de se pensar também no desajuste das novas reflexões frente às tradições consolidadas de se escrever a história. A inovadora história filosófica voltairiana cedeu diante da circunstância de ter de aplicar novos postulados em um espaço de difícil cobertura, acomodando-se em trafegar por territórios já desbravados. *Mutatis mutandis*, dificuldades de tal natureza cercearam a capacidade inventiva de autores da Época Moderna, que se revelaram incapazes de operar os princípios de suas próprias teorias na prática de pesquisa. Maquiavel, por exemplo, quando confrontado com a aridez de registros públicos para a composição da *História de Florença*, viu-se aturdido pela imensa dificuldade em servir-se de exemplos seguros e certos para ilustrar o seu pretensamente novo

⁴ Ver, por exemplo, a opinião de Croce, que frisa em Voltaire a múltipla utilidade dos erros do passado como prevenção de outros crimes e desgraças a ocorrer no presente. (CROCE, 1953, p. 204)

discurso histórico, o que era factível em discursos de teoria política, diante das circunstâncias cambiantes da longa história de sua cidade. (HADDOCK, 1989, p. 25 e 34). Enfim, a realidade complexa que Maquiavel encontrou na consulta dos registros públicos da história contrariou o emprego prático das máximas prudenciais aplicadas ao sabor das ações dos grandes homens que percorrem *O príncipe e Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio*. Desse modo, a *História de Florença* é antes epítome de erudição do que síntese das lições úteis e de proveito prático aos governantes. Dito de outra forma, em sua *História de Florença* Maquiavel parece ter provado a si mesmo que algumas circunstâncias históricas podem ser tão datadas e tão particularizadas em dado contexto que, quando situadas em outro, soariam como exemplos próprios de lunáticos míopes. Ele havia vasculhado o passado de sua cidade, mas sem encontrar os exemplos cabíveis para a sua espinhosa atualidade.

Esse exclusivismo de protagonistas individuais gerava nos autores de narrativas históricas do Antigo Regime o dever de celebrar glórias, ainda que tivessem de fabricá-las em boa medida por si mesmos. Na era dos príncipes, o prestígio do historiador em muito dependia de sua disposição em distribuir laudas e loas àqueles que o mantinham na confortável condição de válido. Por isso Maquiavel se conteve em dirigir críticas mais ácidas aos Medici de Florença, em sua nova condição de historiógrafo da comuna politicamente dominada pela ilustre estirpe de Cósimo e de Lorenzo, o que se deu a partir de 1521, após longo período de ostracismo desde a queda da República, em 1512. Tempos depois, Bodin se mostraria um simpatizante mais discreto de algumas ações da política religiosa de Henrique III. Na Espanha dos inícios do século XVII, Luís Cabrera de Córdoba concebia, em seu vibrante tratado acerca da arte histórica, um sem número de recomendações com o propósito de conter os discursos tendentes à amplificação de bagatelas. Ele conta a história de Emílio Probo, que se tornou conhecido como Encomiastes, porque dos príncipes cujas vidas narrou, gastou mais tempo em elogiá-los do que em descrever as suas realizações práticas. (CABRERA DE CORDOBA, 1948, p. 108) Já clérigos áulicos seiscentistas como o jesuíta Vieira e o oratoriano Bossuet não pouparam seus cabedais retóricos para incensar a Dom João IV e a Luís XIV, respectivamente. No caso de nosso super imaginativo Vieira, a louvação foi a uma maior altura, chegando à própria ressuscitação do governante

lusitano, a quem o jesuíta ilustre destinou a governação do Quinto Império do mundo em seu escrito inacabado, a *História do futuro*. Afora as homenagens obrigadas e as louvações espontâneas e sinceras, o fato é que a possibilidade de “reaproveitamento” das ações políticas exemplares fez das narrativas históricas modernas um manancial de atitudes elevadas, sobretudo quando se tratasse de abastecer os governantes de boa artilharia em meio às suas cada vez mais complexas experiências governativas, a partir do advento dos Estados nacionais em competição permanente por prestígio e por hegemonia na Europa absolutista. E não deixa de ser notável o fato de que concepções de história exemplar — que se tornaram padrão mais alto de referência ao longo dos Tempos Modernos —, surgiram em um mesmo espaço social: os palácios ou as suas proximidades.

Constitui um princípio elementar que as narrativas históricas dos séculos XVI, XVII e XVIII dependiam de quem as concebesse e compusesse com certa frequência e maestria em termos de artes de ditos e feitos de gente incomum, como também de quem as apreciasse como objeto habitual de consumo cultural, isto é, como um artefato para fruição literária e instrumento de aprendizado moral. Nas culturas literárias do Antigo Regime europeu os livros de história ficavam sob abrigos seguros, e isso tanto pelo empenho de seus transmissores regulares quanto pela disposição de seus receptores. Esses agentes culturais interagiram em padrões reconhecidos de linguagem e de estilo e, por consequência, criaram as condições de continuidade do gênero, sem flutuações sensíveis da tradição de se escrever história.⁵ Com efeito, por séculos vigorou a crença de que as grandes ações do passado poderiam ser fonte de orientação dos homens no presente, como se se tratasse de uma bússola moral destinada a estabelecer a melhor forma de conduta de personagens ímpares em seu próprio espaço de experiências. (GUMBRECHT, 1999, p. 459ss). E isso muito provavelmente porque as narrativas históricas eram escritas sob a frequente inspiração de interesses dos governantes. Em boa proporção, tais narrativas eram encomendadas por reis ou príncipes, prestando-se a justificar e a legitimar parte de seus interesses mais imediatos. Ao longo dos séculos do Antigo Regime foi muito comum o fato de alguns autores de narrativas históricas integrarem a elite política e intelectual de uma república aristocrática, ou de uma

⁵ Sobre o estilo na escrita da história ao longo do Antigo Regime, ver especialmente Hazard (1974) e Grafton (1998).

monarquia, para proveito das quais compunham seus textos. O florentino Maquiavel e o francês Bossuet são figuras bastante expressivas desses casos. Em ambiente escasso de liberdade criativa, nem sempre era possível preservar uma consciência crítica, dados os compromissos e interesses mútuos dos intelectuais e do poder. Nessas ocasiões esperava-se da história, sobretudo, lições de edificação moral, para ilustrar e orientar os passos dos homens de escol em suas lides definidoras dos rumos de toda uma coletividade. Talvez por isso seja representativa a definição oferecida por Antoine Furetière em seu *Dictionnaire Universel*: “A história é uma moral reduzida à ação e ao exemplo. É preciso mostrar aos homens na história, como num espelho, as imagens de suas culpas”. (FURETIERE, 1690) O próprio Descartes — um dos mais expressivos fundadores da ciência moderna —, reconheceu nos meados do século xvii, que as ações memoráveis narradas nas histórias, quando lidas com discernimento, estimulavam o espírito e, portanto, eram fontes úteis para estabelecer julgamentos de como proceder com propriedade. (DESCARTES, 2011) Mas manteve-se bastante cético frente à história como um campo do conhecimento. Acerca das relações de Descartes com a história, Ernst Cassirer considerou que:

O cartesianismo, com sua orientação estrita e exclusiva para o ‘racional’, mantivera-se estranho ao mundo histórico propriamente dito. [...] Daí resulta que a dimensão da história fica inteiramente fora do círculo do ideal de saber cartesiano. [...] Em suma, a dúvida cartesiana apenas comporta um caráter negativo a respeito da história: ela rechaça e recusa. (CASSIRER, 1997, p. 272ss)

Mas persiste como saliência incontornável que, dos tempos heroicos da Guerra do Peloponeso à era revolucionária da Filosofia das Luzes, a exemplaridade de feitos passados memoráveis constituiu-se num dos pilares do pensamento histórico ocidental. (JAEGER, 2003, p. 57) “No passado”, lembra a propósito da dinâmica vida da linguagem o historiador Carlo Ginzburg, “a palavra *exemplum*, assim como o seu correspondente grego, *paradeigma*, denotava um modelo no sentido moral. Mais recentemente, “modelo” e “paradigma” adquiriram uma dimensão cognitiva”. (GINZBURG, 2002, p. 136) Aliás, como refletiu Werner Jaeger, o valor dos exemplos remonta a tempos imemoriais, a uma época bem anterior às obras ímpares de Heródoto e de Tucídides. Em seu sentido de pedagogia para a

ação, o exemplo já se fazia presente na cultura grega desde a época arcaica (c. séculos IX-VIII a.C.), remotos tempos em que o pensamento histórico sequer havia surgido, quando ainda não existiam leis compiladas nem sistematização das primeiras reflexões éticas. Nessas antiguidades profundas, os exemplos já se constituíam como guias eficazes, como bússolas seguras para orientar as atitudes dos grandes homens, normalmente os heróis da aristocracia envolvidos em combates, uma vez que a guerra sempre foi o fator das transformações capitais, de Homero a Voltaire.⁶ Nas palavras de Jaeger, acontecimentos do passado “Desempenhavam na estrutura social do mundo arcaico um papel quase idêntico ao que entre nós cabe à história, sem excluir a história bíblica”. (JAEGER, 2003, p. 57) Como assinalou Arnaldo Momigliano, em regra os historiadores gregos acreditaram na relevância dos sucessos passados para a compreensão do futuro; os acontecimentos ensinavam, pela via da provisão de exemplos, muitas lições úteis para a mais correta orientação dos assuntos de interesse. (MOMIGLIANO, 2004, p. 38) E François Hartog também pontuou que o exemplo na arte histórica antiga era um recurso na argumentação, constituindo-se em expediente de persuasão, por meio de personagens e acontecimentos notáveis, todos apelativos de precedentes modelares propícios à imitação. (HARTOG, 2005, p. 51) Sobre o valor das tradições intelectuais herdadas e perpetuadas pelos autores afirmou Thomas Carlyle, em sua avaliação do valor e do lugar da obra de pensamento na cultura:

É sempre assim. O artífice, o ferreiro com o seu metal, com suas ferramentas, com seus métodos engenhosos — quão pouco de tudo o que ele faz é sua própria obra! Todos os homens inventivos do passado trabalham ali com ele. Como de fato, com todos nós, em todas as coisas. (CARLYLE, 1963, p. 97)⁷

A imitação constituiu-se também em doutrina estética, e isso desde os primeiros tempos da cultura humanista. Imitar é, entre outros motivos, reconhecer a diferença e a grandeza impressas em um modelo contraposto à singularidade de um sujeito qualquer situado à distância significativa do objeto visado; imitar é apreender os sentidos impressos em outra realidade e, de alguma maneira, inseri-los no seu

⁶ Ver sobre o assunto as considerações de Momigliano (1993, p. 144ss).

⁷ Sobre as concepções do escritor escocês acerca das figuras emblemáticas na história, são esclarecedoras as reflexões de Dosse (2009, p. 163ss). Ver também o ensaio intitulado “A vertigem da história”, que integra o livro de Loriga (2011, p. 49ss).

próprio mundo histórico, preservando-lhes as características de origem. Dessa capacidade respeitosa pela singularidade das coisas remotas, do zelo pelos valores característicos do passado impressos em textos e artesanias provêm os efeitos da admiração pela cultura e ostentação pouco comedida de seus ancestrais. A história se antepõe, portanto, a exigir e a impor o senso do passado. A atitude reverencial da cultura renascentista pelas excelências da Antiguidade ancorou-se nesse ponto de apoio. No tempo, a Antiguidade estava distante, mas se encontrava colada em espírito à época dos humanistas. E os laços de identidade eram tantos e tão visíveis que, na Itália, todos esbarravam cotidianamente nos numerosos vestígios de seu passado comum. Ainda no século xvii, e até mesmo ao longo do XVIII, houve quem se esforçasse por imprimir aperfeiçoamentos à *imitatio*, como é caso representativo o historiador e metodólogo espanhol Luis Cabrera de Córdoba. Com efeito, ele definiu a imitação como “companheira da eloquência” e “mestra da ignorância”, uma arte que conduz os aprendizes esforçados ao encontro daqueles que escreveram com perfeição, para colher benefícios imensos como a própria proeza de se fazerem eminentes em estilo. Ao imitar, afirma o autor espanhol, adquire-se com menor trabalho aquilo que não se poderia alcançar contando apenas com o próprio e reduzido talento. E prossegue o historiador da casa dos Habsburgos: de maneira hábil e competente é válido tomar dos outros não apenas as sentenças, mas ainda as palavras, e seguir no modelo aquilo que parecer admirável. Para alcançar a perfeição assim procederam os gregos e os latinos. (CABRERA DE CORDOBA, 1948, p. 148ss)

Evidência bem documentada, o esquema de escrever história exemplar com estofamentos retóricos chegou ao seu término somente a partir da entrada em cena de fenômenos culturais novos e desestabilizadores de sua hegemonia, o que se deu de modo mais perceptível ao longo do século XVIII, a ponto até de se falar na dissolução do longo lugar-comum *Historia magistra vitae*. (KOSELLECK, 1990) Para Ernst Cassirer, a maturidade do conceito de história alcança sua máxima plenitude com Vico e Herder. Apesar dos significativos avanços em procedimentos técnicos verificados no século XVII, no plano da alta reflexão filosófica a história sofreu o impacto de ciências como a matemática e a física, impacto que estancou o seu brilho e bloqueou as suas possibilidades de constituir-se como um campo de saber de maior relevância. Naquele momento, o da grande Revolução Científica,

ideias de verdade sobre o mundo natural e o universo ganharam a cena principal, colocando à sombra as demais áreas do saber. Em suas orientações mais inovadoras, diz ainda Cassirer, ao Século das Luzes é que se deve reconhecer a primazia, mesmo diante de argumentos que tenderam a demonstrar que este mesmo século fora essencialmente anti-histórico. Para o filósofo teutoamericano, essa concepção é enganosa, uma vez que toda a cultura do Iluminismo dependia de análises historicamente fundadas. Mas o autor reconhece a convivência dos aspectos de inovação com os elementos da tradição, o pensamento histórico conservando o grosso de sua persistente orientação pragmática. O arremate de tal análise: um conceito inteiramente inovador e contemporâneo de história não floresceu na cultura europeia antes do alvorecer do século XIX, não antes dos trabalhos de Ranke e Niebhur, para desde então expandir-se e estabelecer influência sobre todos os campos da cultura. (CASSIRER, 1944) De toda maneira, a intensidade persuasiva do antigo senso de que a história deveria ser um reservatório de sabedoria para a vida prática revela, sem qualquer sombra de dúvida, uma enorme capacidade de durar. (OAKESHOTT, 1967) Curiosamente, é possível vislumbrar a persistência de referências à história como mestra da vida mesmo ao longo do século XIX, em que a análise do passado carregava, ainda, juízos e impressões morais. No século de Ranke, de Michelet, de Burckhardt e de Fustel de Coulanges, o gênero *Historia magistra vitae* não perdera por completo o seu vigor, ainda que o historicismo de Ranke, por exemplo, tenha se constituído, em largas medidas, contra a vocação preceptiva e as máximas prudenciais.

BIBLIOGRAFIA

BURTON, Robert. *A anatomia da melancolia*. Curitiba: Editora UFPR, 2013. v. IV.

CABRERA DE CORDOBA, Luis. *De Historia, para entenderla y escribirla*. Madrid: Instituto de Estudios Políticos, 1948.

CARLYLE, Thomas. *Os heróis*. São Paulo: Melhoramentos, 1963.

CASSIRER, Ernst. A conquista do mundo histórico. In: _____. *A filosofia do Iluminismo*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

_____. History. In: _____. *Essay of Man*. New Haven: Yale University Press, 1944.

CÍCERO, Marco Túlio. Do orador. In: HARTOG, François (org.). *A História de Homero a Santo Agostinho*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

_____. *El orador*. Madrid: Alianza Editorial, 2010.

CORDIÉ, Carlo. Introdução. In: CASTIGLIONE, Baldassare. *O cortesão*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

CROCE, Benedetto. *Teoría e historia de la historiografía*. Buenos Aires: Ediciones Imán, 1953.

DELLA CASA, Giovanni. *Galateo ou Dos costumes*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

DESCARTES, René. *Discurso do método*. Porto Alegre: L&PM, 2011.

DOSSE, François. *O desafio biográfico: escrever uma vida*. São Paulo: Edusp, 2009.

FURETIÈRE, Antoine. *Dictionnaire Universel contenant généralement tous les mots français tant vieux que modernes, et des termes des sciences et des arts...* (1690). Disponível em: <www.gallica.bnf.fr>. Acesso em: 24 abr. 2012.

GINZBURG, Carlo. Além do exotismo: Picasso e Warburg. In: _____. *Relações de força*. História, retórica, prova. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GRAFTON, Anthony. *As origens trágicas da erudição*: pequeno tratado sobre a nota de rodapé. Campinas: Papirus, 1998.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. Depois de aprender com a história. In: _____. *Em 1926, vivendo no limite do tempo*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

GÜNTHER, Horst. Pensamento histórico no início da Época Moderna. In: _____. KOSELLECK, Reinhart. et al. *O conceito de História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

HADDOCK, Bruce. *Uma introdução ao pensamento histórico*. Lisboa: Gradiva, 1989.

HARTOG, François. Orateurs et historiens. In: _____. *Évidence de l'histoire*. Paris: EHESS, 2005.

_____. Tucídides. In: BURGUIÈRE, André (org.). *Dicionário das ciências históricas*. Rio de Janeiro: Imago, 1993.

HAZARD, Paul. *Crise da consciência europeia*. Lisboa: Cosmos, 1974.

HOBBS, Thomas. *Os elementos da lei natural e política*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

JAEGER, Werner. *Paidéia*. A formação do homem grego. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. Tucídides como pensador político. In: _____. *Paideia*. A formação do homem grego. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado*. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Editora Puc-Rio, 2006.

_____. *Historia magistra vitae*. De la dissolution du topos dans l'histoire modern en mouvement. In: _____. *Le futur passé*. Contribution à la sémantique des temps historiques. Paris: EHESS, 1990.

LESKY, Albin. Tucídides. In: _____. *História da literatura grega*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995.

LORIGA, Sabina. *O pequeno X*. Da biografia à história. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

MAQUIAVEL, Nicolau. *Comentários sobre a Primeira Década de Tito Lívio*. Brasília: Editora UnB, 1979.

_____. *O príncipe*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

MOMIGLIANO, Arnaldo. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Bauru: Edusc, 2004.

_____. *Ensayos de historiografía antigua e moderna*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

MONTAIGNE, Michel de. *Ensaio*. São Paulo: Abril Cultural, 1972.

OAKESHOTT, Michael. The Activity of being an Historian. In: _____. *Rationalism in Politics and other essays*. Londres: Methuen & Co., 1967.

SHAKESPEARE, William. Júlio César. In: *Tragédias e comédias sombrias*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2009. v. I.

STRAUSS, Leo. *What is Political Philosophy?* Nova York: Free Press, 1968.

TOSH, John. *A busca da história*. Objetivos, métodos e as tendências no estudo da história moderna. Petrópolis: Vozes, 2011.

TUCÍDIDES. *História da guerra do Peloponeso*. Brasília: Editora da UnB, 2003.

Artigo recebido em 08 de setembro de 2016. Aprovado em 10 de março de 2017.